



Funcionário do Senado, José Augusto Panisset, deixa questionário no Palácio do Planalto, em 88.

A CPI ESQUECIDA

LIVRO CONTA DETALHES

Sarney não quis receber presidente da CPI

O presidente José Sarney não quis receber pessoalmente as 40 perguntas que lhe foram formuladas pela CPI de Corrupção, em junho de 1988, e que até hoje não foram respondidas. Dias antes de protocolar a inquirição no Palácio do Planalto, o presidente da CPI, senador José Ignácio Ferreira, telefonou para o então ministro da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, oferecendo-se para entregar o ofício pessoalmente, a ele ou ao próprio presidente Sarney. Costa Couto pediu tempo para avaliar, e minutos depois, num segundo telefonema, recomendou a José Ignácio que a inquirição fosse simplesmente protocolada.

O episódio é descrito, em detalhes, nos dois livros que o advogado José Carlos Bruzzi Castello escreveu sobre a CPI da Corrupção: "Os crimes do presidente", da LPM Editores, e "Os bastidores da CPI da Corrupção", editado pelo Centro Gráfico do Senado Federal. Castello foi assessor oficial do presidente da CPI, José Ignácio Ferreira, por 117 dias. Ele

foi, também, co-autor, junto com o jurista Raimundo Faoro, do pedido de liminar ao Supremo Tribunal Federal contra o arquivamento da denúncia a Sarney e cinco de seus ministros por crimes de responsabilidade, que acabou sendo rejeitado. Os livros, lançados em 1989, com pouca divulgação, trazem acusações contra Sarney, Saulo Ramos (então consultor geral da República) e Antônio Carlos Magalhães (então ministro das Comunicações).

O advogado conta, em "Os bastidores da CPI da Corrupção", que a inquirição com as 40 perguntas ao presidente da República foi protocolada no Palácio do Planalto no dia 29 de junho, pelo secretário da CPI, o funcionário do Senado José Augusto Panisset. Segundo o livro, Panisset chegou a ser barrado: "Queriam que ele entrasse pela porta dos fundos, quando levava o ofício de inquirição ao presidente. Se recusou. Entrou pela porta da frente e protocolou o ofício".

Castello conta, ainda, que o en-

tão senador Itamar Franco, vice-presidente da CPI, relutou em assinar o ofício endereçado a Sarney. "A princípio ele não quis assinar, apenas porque se encontrava agastado com a não convocação de seu agressor, o ministro Antônio Carlos Magalhães, para depor na CPI. Afinal, ele disse que se todos assinassem ele assinaria. Depois de várias voltas pelo plenário, o senador Carlos Chiarelli (relator da CPI) lhe exibiu o ofício — "Itamar, estão aqui todas as assinaturas" —, quando Itamar Franco lançou sua assinatura, muita preciosa naquele ofício, ele que vinha trabalhando tanto nas sessões da CPI".

Em "Os crimes do presidente", com 14 capítulos e dois apêndices, com a íntegra da inquirição a Sarney, Castello dá todos os detalhes dos diversos crimes de responsabilidade que a CPI atribuiu a Sarney e a cinco de seus ministros, contando o jogo de pressões e contrapressões vivido pela CPI da Corrupção.

Luiz Maklouf Carvalho

Chiarelli reafirma acusações a Sarney

O ex-senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que foi ministro de Educação do governo Collor e relator da CPI da Corrupção em 1988, afirmou que o senador José Sarney continua a dever ao País as respostas às 40 perguntas que a CPI lhe enviou em junho de 1988, quando era o presidente da República. "Essa é a grande oportunidade para que o político Sarney venha a redimir as dúvidas que pesam sobre o presidente Sarney", disse Chiarelli. "Eu entendo que ele não respondeu porque não tinha argumentos, porque eram perguntas irrespondíveis, mas espero que consiga respondê-las agora."

A inquirição que a CPI fez ao presidente, questionando-o sobre diversos crimes de responsabilidade, foi publicada pelo Jornal da Tarde da última terça-feira. As perguntas levantam a suspeita de que decretos presidenciais beneficiaram empreiteiras, armadores, bancos e estaleiros.

O advogado Saulo Ramos, que à época era o consultor geral da República, afirmou que o presidente Sarney não tinha obrigação de responder à inquirição, "porque as perguntas da CPI eram ineptas".

"Não eram ineptas", responde Chiarelli, que hoje está sendo acusado de envolvimento no escândalo do Orçamento. "Quem levou as denúncias à CPI da corrupção foram graduados integrantes do próprio governo Sarney, o que obrigava a CPI a levá-las

em conta." E acrescentou: "As perguntas foram feitas em junho, a CPI só acabou em novembro, e nenhum dos depoentes conseguiu respondê-las".

No relatório da CPI, aprovado por 10 a 1 (o senador Alexandre Costa foi o voto contrário), Chiarelli fez duras acusações ao presidente Sarney. "(...)É inafastável a conclusão de que muitos dos fatos apurados pela Comissão — e praticados pelo senhor José Sarney e seus ministros — configuram crimes de responsabilidade", diz um trecho.

"Além de ver as perguntas respondidas, eu gostaria que aquele pedido de impeachment tivesse tido o tratamento isonômico que foi dado ao processo de impeachment do presidente Collor", disse Chiarelli.

L.M.C.